



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

LISSIANE MOREIRA DE LUNA

O ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO
REGULAR

JOÃO PESSOA – PB
2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**O ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO
ENSINO REGULAR**

LISSIANE MOREIRA DE LUNA

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado ao Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Dr^a. Adenize Queiroz De Farias

**JOÃO PESSOA – PB
2019**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L961a Luna, Lissiane Moreira de.

O ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO
REGULAR / Lissiane Moreira de Luna. - João Pessoa,
2019.

37 f.

Orientação: Dra, Adenize Queiros de FARIAS.
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Inclusão. TEA. Escola. Sociedade. I. FARIAS, Dra,
Adenize Queiros de. II. Título.

UFPB/BC

LISSIANE MOREIRA DE LUNA

**O ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO
REGULAR**

Aprovada em 30/09/2019

Banca Examinadora

A. A. QUEIROZ DE FARIAS

Prof.^a Dra. Adenize Queiroz de Farias

Orientadora - UFPB

Izaura Maria de Andrade da Silva

Prof.^a Dra. Izaura Maria de Andrade da Silva

Examinadora – UFPB

Santuzza M. de F. P. da Fonseca

Prof.^a MS. Santuzza Mônica de França P. da Fonseca

Examinadora - UFPB

Dedico este trabalho primeiramente a Deus por me guiar e jamais me abandonar, aos meus pais, irmãos e a minha avó Penha pelo apoio e aos meus filhos que são a razão da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por manter-me sempre de pé e não deixar desistir dos meus sonhos, guiando-me e orientando-me a seguir sempre pelo melhor caminho.

À minha orientadora Prof.^a Dra. Adenize Queiroz de Farias por ter me concedido a honra de ser sua orientanda, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

Aos meus pais por todo apoio desde o início do curso, sempre dispostos a ajudar no que precisasse. Meus irmãos, sobrinhos e demais familiares por compreenderem minha ausência por estar dedicada a realização deste trabalho.

Aos meus filhos por compreenderem a minha ausência em alguns momentos de suas vidas durante a minha jornada acadêmica. Eles são a razão pela qual luto todos os dias por uma vida digna.

À Marilene que ajudou cuidando do meu filho e apoiando para que eu não desistisse do curso.

À minha avó Penha, por auxiliar no cuidado dos meus filhos para que eu pudesse elaborar este trabalho e concluir minha graduação.

Ao meu namorado por entender a necessidade de estarmos afastados durante a elaboração deste trabalho e, apesar da distância, ter me enviado palavras de apoio e incentivo.

Aos colegas que passaram na minha vida durante o todo percurso acadêmico e que de alguma forma contribuíram para minha formação.

E a todos que, de forma direta e indireta, contribuíram, apoiaram e incentivaram durante a minha formação acadêmica. O meu muito obrigada!

“A curto, médio ou longo prazo, ensinado de forma comprometida com sua educação, um autista consegue aprender e projetar-se no seu contexto familiar, social e educacional”.
(Simone Helen Drumond Ischkanian)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de inclusão e aprendizagem do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular. Para tanto, realizamos uma busca na literatura, no propósito de levantar o referencial teórico acerca do conceito, historicidade, diagnóstico e possíveis formas de acompanhamento, visando o pleno desenvolvimento físico, intelectual e social destas crianças. Nos debruçamos ainda acerca dos direitos assegurados pela legislação brasileira assim como das políticas públicas que garantem a inclusão destas crianças no ambiente escolar e social. Para isto, foi realizada uma pesquisa de campo de caráter qualitativo, foram utilizados como instrumentos de coleta de dados a observação e o diário de campo, nos quais, foram registradas todas as informações e diálogos realizados durante a pesquisa, os quais consideramos de extrema importância para análise dos dados. Neste diário de campo foram registradas observações e reflexões referentes a participação de um aluno com TEA em uma sala de aula do ensino regular em uma escola pública do município de Bayeux- PB. Após a realização do estudo teórico, articulado com os resultados alcançados na pesquisa de campo, pôde-se perceber que apesar do avanço no conhecimento e na legislação relacionados ao TEA, diagnósticos e formas de acompanhamento, que garante o suporte e a inclusão social e escolar destas crianças, observando e analisando a realidade dentro dos muros da escola, concluímos que ainda estamos distantes de alcançar uma escola verdadeiramente inclusiva. Acreditamos que isto se tornará uma realidade a partir de um elo estabelecido entre família, escola e sociedade a fim de que possa ser alcançado o real sentido da inclusão tão importante para a vida destas crianças.

Palavras-chave: Inclusão. TEA. Escola. Sociedade.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the process of inclusion and learning of the student with Autistic Spectrum Disorder (ASD) in regular education. Therefore, we conducted a search in the literature, in order to raise the theoretical framework about the concept, historicity, diagnosis and possible forms of monitoring, aiming at the full physical, intellectual and social development of these children. We also focus on the rights guaranteed by Brazilian legislation as well as public policies that ensure the inclusion of these children in the school and social environment. For this purpose, a qualitative field research was carried out, the observation and the field diary were used as instruments for data collection, in which all the information and dialogues held during the research were recorded, which we consider extremely important for data analysis. In this field diary, observations and reflections were recorded regarding the participation of a student with ASD in a regular education classroom in a public school in the municipality of Bayeux, PB. After the theoretical study, articulated with the results achieved in the field research, it was possible to realize that despite the advance in knowledge and legislation related to ASD, diagnoses and forms of monitoring, which ensures the support and social and school inclusion of these children, observing and analyzing the reality within the walls of the school, we concluded that we are still far from achieving a truly inclusive school. We believe that this will become a reality from an established link between family, school and society in order to achieve the real sense of inclusion so important for the lives of these children.

Keywords: Inclusion. ASD. School. Society.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TEA – Transtorno do Espectro Autista

AEE – Atendimento Educacional Especializado

NAS - Sociedade Nacional Autista

AMA – Associação de Amigos dos Autistas

APA - American Psychiatric Association (Associação Americana de Psiquiatria)

CID-10 – Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde

DSM-V – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

ONU – Organização das Nações Unidas

SUS - Sistema Único de Saúde

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

BPC - Benefício de Prestação Continuada

M-CHAT - Lista de Verificação Modificada para Autismo em Crianças

ATA - Escala de Traços Autísticos

TEACCH - O Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits Relacionados com a Comunicação

PECS - Sistema de Comunicação por Troca de Figuras

ABA - Análise do Comportamento Aplicada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: ALGUMAS REFLEXÕES.....	12
2.1 O QUE É O TEA?.....	12
2.2 O ACOMPANHAMENTO ÀS CRIANÇAS COM TEA.....	14
2.3 LEGISLAÇÃO.....	17
3 INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM TEA.....	20
3.1 A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO.....	20
3.2 O ALUNO COM TEA NA REDE REGULAR DE ENSINO.....	22
4 PERCURSO METODOLÓGICO.....	25
4.1 SOBRE O MÉTODO.....	25
5 A CRIANÇA COM TEA NO ENSINO REGULAR.....	27
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo geral analisar o processo de inclusão e aprendizagem do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular, visando compreender como se dá esta inclusão e a sua importância para vida destas crianças. Foram utilizados como objetivos específicos: conceituar o TEA, identificar as políticas públicas que asseguram a inclusão da criança com TEA e refletir acerca da participação da criança com TEA no ensino regular.

A escolha do tema se deu pelo interesse em aprofundar o conhecimento acerca do TEA, já que é cada vez maior o número de crianças que apresentam o diagnóstico deste transtorno. Assim sendo, como pedagogas, sentimos a necessidade de estar bem informadas sobre o tema, visto que apesar dos avanços e esforços em conscientizar as pessoas sobre esse transtorno, o mesmo ainda é pouco conhecido por parte da sociedade. Diante do tema em questão e visando alcançar os objetivos citados acima, elegemos as seguintes questões de pesquisa: o que é o TEA? Quais as legislações garantem a estas crianças o direito de estarem incluídas na escola e na sociedade? A inclusão dessas crianças no ensino regular está acontecendo como verdadeiramente deve ser, ou o real sentido da inclusão ainda está longe de ser alcançado?

Conhecer e entender o TEA, suas características e especificidades vem a ser de extrema importância para que os envolvidos no processo de inclusão dessas crianças no meio escolar e social possam contribuir de forma significativa para seu pleno desenvolvimento físico, social e cognitivo. Buscar informações acerca dos direitos que são garantidos por lei e das políticas públicas voltadas à inclusão dessas crianças é a melhor maneira de contribuir e garantir que estes direitos sejam de fato assegurados.

No que diz respeito à inclusão e participação das crianças com TEA no ensino regular, um dos aspectos que deve ser ampliado é a inserção de conteúdos relacionados a educação inclusiva na formação inicial dos professores. Além disso, torna-se necessário ampliar os investimentos no processo de formação continuada destes professores para trabalhar com a inclusão na sala de aula. Finalmente, acreditamos que o entrosamento entre família, escola e sociedade é de extrema importância para que a o verdadeiro sentido da inclusão aconteça.

Para a elaboração deste trabalho foi realizado inicialmente, um estudo teórico acerca dos conceitos, características e direitos das crianças com TEA. A seguir,

realizamos uma pesquisa de campo em uma escola pública de ensino regular na cidade de Bayeux – PB, que possui em seu quadro alunos com TEA. A observação foi desenvolvida durante cinco dias e contou com a colaboração da gestora, professora da sala regular, professora da sala de recursos multifuncionais e cuidadora.

Neste trabalho apresentamos os resultados do estudo teórico, como também da pesquisa de campo. Para tanto, o texto está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo aborda a definição do TEA, os estudos iniciais acerca do transtorno, os avanços no que diz respeito ao diagnóstico e acompanhamento das crianças com TEA, os principais métodos atualmente utilizados por especialistas para o acompanhamento destas crianças e a legislação que garante os direitos de inclusão no meio escolar e social.

O segundo capítulo apresenta o contexto histórico e a legislação referente a educação inclusiva e sua evolução ao longo dos anos. Reflete ainda, acerca da inclusão do aluno com TEA na sala de aula do ensino regular, a importância da formação continuada dos professores, sobre o atendimento educacional especializado e sobre o direito ao acompanhante especializado.

O capítulo seguinte, expõe a metodologia utilizada para a realização da pesquisa de campo, sua importância e os instrumentos utilizados para o seu desenvolvimento. Por fim, no último capítulo apresentamos os dados coletados e as discussões relacionadas aos mesmos, utilizando o aporte teórico para a compreensão da realidade observada. A análise destes dados foi de extrema relevância para chegarmos às conclusões apresentadas no final deste estudo.

Com esse trabalho, esperamos auxiliar os profissionais da educação e os demais envolvidos com a causa da inclusão da criança com TEA. A falta de conhecimento é um dos fatores geradores da exclusão ou limitação do processo da inclusão tão importante e necessária para a vida das crianças com TEA e com outras deficiências. Por esta razão, compartilhar conhecimentos e informações é uma maneira de conscientizar as pessoas sobre este transtorno, que, embora ainda seja pouco conhecido, nos dias atuais vem aumentando progressivamente o número de diagnósticos.

2 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: ALGUMAS REFLEXÕES

Neste capítulo, apresentamos considerações acerca do conceito e de outras características do Transtorno do Espectro Autista, cuja compreensão é de suma importância para a realização de um trabalho eficaz junto a estas crianças.

2.1 O QUE É O TEA?

O Autismo ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) é considerado uma síndrome neurológica que afeta as áreas de comunicação, interação social e comportamento (SILVA et al, 2012, p. 10). As características variam de pessoa a pessoa de acordo com o grau de severidade do transtorno.

O termo “autismo” descende do grego “autos” que significa “próprio”. Desta maneira, compreende-se autismo como uma pessoa retraída (voltada) a si própria. Foi utilizado pela primeira vez em 1911 pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler para descrever características observadas em seus pacientes esquizofrênicos, um mundo interior de isolamento que foge da realidade. Nesse período, seus estudos eram direcionados aos adultos (SILVA, et al 2012 p.77).

Em 1943 o psiquiatra austríaco Leo Kanner descreveu pela primeira vez o autismo nos Estados Unidos, quando teve a oportunidade de realizar o estudo com 11 crianças que apresentavam características autísticas. Foi através das pesquisas e estudos feitos por Kanner que se desenvolveu a primeira definição de Autismo infantil (KANNER, 1997 *apud* VICTOR et al 2018 p.197).

No ano de 1944, Hans Asperger em seus estudos realizados com crianças, observou que as mesmas apresentavam características parecidas com as citadas por Kanner, mas que teria três características que as diferenciavam: pouca coordenação motora, fala fluente e não apresentaram déficit cognitivo. Analisando os estudos desses dois teóricos, enquanto Kanner abordava o autismo como uma doença de processo evolutivo, Asperger considerava um distúrbio que se inicia na infância e que ocorrerá por toda vida. (VICTOR et al 2018 p.197)

Após o início dos estudos sobre o autismo, muitos pesquisadores se empenharam em tentar compreender como se dá o surgimento desse transtorno que afeta a comunicação, interação social e comportamental das crianças. Durante todos esses anos árduos de incansáveis pesquisas, é notório um grande avanço no que diz

respeito ao processo de evolução na realização dos diagnósticos e na intervenção para um melhor desenvolvimento da pessoa com TEA.

Com o passar dos anos foi observado que existem vários tipos de Autismo e não apenas um. No DSM III e IV (Manual de Diagnóstico e Estatística da Sociedade Norte-Americana de Psiquiatria) o Autismo foi primeiramente classificado como um Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD). Em 2013 foi realizada uma nova classificação do Autismo, e de acordo com o Código Internacional de Doenças CID-10 este passou a ser inserido no grupo do TEA, qualificado no DSM-5. Pessoas com TEA de acordo com o DSM-5, possuem as demais características:

A - Deficiências persistentes na comunicação e interação social: 1. Limitação na reciprocidade social e emocional; 2. Limitação nos comportamentos de comunicação não verbal utilizados para interação social; 3. Limitação em iniciar, manter e entender relacionamentos, variando de dificuldades com adaptação de comportamento para se ajustar às diversas situações sociais.

B - Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, manifestadas pelo menos por dois dos seguintes aspectos observados ou pela história clínica: 1. Movimentos repetitivos e estereotipados no uso de objetos ou fala; 2. Insistência nas mesmas coisas, aderência inflexível às rotinas ou padrões ritualísticos de comportamentos verbais e não verbais; 3. Interesses restritos que são anormais na intensidade e foco; 4. Hiper ou hiporreativo a estímulos sensoriais do ambiente (APA, 2014 p.94).

Apesar das constantes pesquisas e estudos realizados, as causas do TEA ainda não são totalmente conhecidas. Especialistas e pesquisadores acreditam que podem envolver fatores genéticos, infecções durante a gestação e também a má-formação do cérebro. Os sinais podem aparecer entre 2 e 3 anos de idade. Em alguns casos podem ser diagnosticados por volta dos 18 meses. Existem casos de crianças que apresentam características ainda bebês como: alterações no sono, choro incessante, não mantêm contato visual, não imitam, não esboçam reação quando são solicitados comandos, confundindo-se com problema de surdez. Em outros casos a criança começa a se desenvolver normalmente, e ao chegar entre os 2 e 3 anos ocorre o regresso.

À medida que vão crescendo, chama a atenção o fato de parecerem não escutar os comandos dados, ausência de medos reais, aparente insensibilidade à dor, uma forma diferente de andar - “na ponta dos pés” - e a presença de gestos estranhos (estereotípias) nas quais buscam conforto (como, por exemplo, balançar o tronco). Episódios de autoagressão podem acontecer. Podem apresentar hipersensibilidade a determinados sons e repetir imediata ou tardiamente frases e sons ouvidos (ecolalia). (OAB, 2015 p.14).

São ainda características do TEA: diferentes formas de utilização e apego a objetos e brinquedos, dificuldade de imaginação, crises de choro, desenvolvimento tardio da coordenação motora.

Não existem exames específicos que identifiquem o TEA, o principal diagnóstico é feito pela observação comportamental feita pelos pais e familiares mais próximos das crianças. Ter um diagnóstico o quanto antes é de extrema importância para indicar formas de intervenção e propiciar um melhor desenvolvimento da criança diagnosticada com esse transtorno.

Após as observações, os pais que identificarem alguma característica do TEA em seu filho, é imprescindível levá-lo a uma consulta com um pediatra para que possa ser feito o diagnóstico inicial com um especialista. No diagnóstico inicial é realizado uma entrevista com os pais e familiares próximos. Para a realização da entrevista os especialistas utilizam as escalas de avaliações a Escala de Traços Autísticos (ATA) e a Lista de Verificação Modificada para Autismo em Crianças (M-CHAT) entre outras, que auxiliam na delimitação dos sintomas, contribuindo assim para proposta de intervenção que será realizada no caso analisado em um futuro próximo.

É necessário determinar a avaliação quantitativa do autismo através da presença de sinais e sintomas. Não se pode determinar que uma criança tenha autismo por si mesmo. A avaliação do autismo sempre deve ser feita por um profissional especializado - psicopedagogo, neuropediatra, psicomotricista, neurologista, psicólogo. (GÓMEZ; TERÁN *apud* MOURA, 2015, p. 17)

2.2 O ACOMPANHAMENTO ÀS CRIANÇAS COM TEA

Cada pessoa com TEA apresenta um grau e características diferenciadas, por esse motivo é essencial um acompanhamento multidisciplinar com médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, pedagogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e educadores físicos, utilizando um programa de intervenção personalizado de acordo com o resultado do seu diagnóstico.

Existem, nos dias de hoje, uma diversidade de metodologias que auxiliam no acompanhamento da pessoa com TEA, as mais utilizadas no mundo e com suas eficácias comprovadas em promover o desenvolvimento social e cognitivo são o TEACCH, PECS e o ABA.

O Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits relacionados com a Comunicação (TEACCH) utiliza-se de materiais visuais, tendo por finalidade

desenvolver a independência destes alunos. Para tanto, um dos métodos utilizados é o TEACCH e este “se baseia na organização do ambiente físico por meio de rotinas organizadas em quadros, painéis ou agendas. O objetivo é adaptar o ambiente para o autista mais facilmente compreendê-lo e compreender o que se espera dele” (CUNHA, 2014, p. 73).

Outra metodologia utilizada é o PECS. O Sistema de Comunicação por Troca de Figuras, é um método alternativo utilizado para as pessoas com TEA que não desenvolveram ou apresentam dificuldades na fala. “O procedimento com o PECS não tem por objetivo substituir a fala, mas sim estimular” (SILVA, *et. al.* p.105).

Utiliza-se ainda o método da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) o qual visa ensinar habilidades que possam modificar e melhorar o comportamento social. O método auxilia na diminuição dos comportamentos agressivos e de auto agressão, estereotípias e fugas. Como também, habilidades da vida e higiene pessoal e iniciação para educação escolar.

Ao fazer menção a este método Cunha (2014) discorre que “a resposta adequada do aprendente tem como consequência a ocorrência de algo agradável para ele e, por meio de reforço e repetição inibe-se o comportamento incorreto, recompensando sempre de forma consistente as atitudes desejadas” (CUNHA, 2014, p.74).

O tratamento por meio de medicação deve ser apenas prescrito pelo médico que acompanha cada criança com TEA, não existem remédios específicos para o TEA, os medicamentos prescritos são para inibir a agressividade, diminuir o déficit de atenção e para alterações do sono. Toda medicação deve ser prescrita de acordo com as especificidades de cada paciente tendo sempre como referência o seu diagnóstico.

Com o constante crescimento do número de crianças diagnosticadas com Autismo e pela dificuldade encontrada para o tratamento e inclusão dos seus filhos no meio social, familiares de pessoas com TEA decidiram criar a primeira associação de pais de crianças com autismo do mundo a Sociedade Nacional Autista (NAS) na Grã-Bretanha em 1962. Essa associação tinha como principais objetivos: fundar uma escola especial para pessoas com TEA, residência e apoio para os adultos pais de pessoas com TEA.

Em 1963, os pais que fundaram a associação criaram uma marca, algo que traduzisse da melhor forma o que é o autismo para a sociedade, uma peça de quebra-cabeças que representa a complexidade que é entender uma pessoa com TEA.

No Brasil, a primeira associação de pais de autistas foi a Associação Amigos de Autistas (AMA) sediada no estado de São Paulo em 1983. Nesse tempo, o autismo ainda era praticamente desconhecido, não existiam pesquisas no país que pudessem ajudar no tratamento daquelas crianças. Foi então que pais de crianças diagnosticadas com autismo se uniram no consultório do Psiquiatra Dr. Raymond Rosenberg para tentar mudar essa realidade (MELLO et al, 2013).

Desde então, com as lutas diárias foram aumentando o número de atendimentos e hoje, a AMA funciona em vários estados brasileiros e em alguns deles oferece atendimento 100% gratuito, através do apoio financeiro das parcerias e convênios. Após a criação da AMA muitas pessoas se envolveram com a causa fundando associações similares em todo país.

Em 18 dezembro de 2007 a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o Dia Mundial de Conscientização do Autismo, em que é celebrado todo dia 2 de abril com o objetivo de conscientizar o mundo sobre a temática que ao longo dos anos vem crescendo cada vez mais o número de pessoas afetadas e diagnosticadas por esse transtorno, que é pouco conhecido e ainda causa muitas dúvidas para a maioria da população.

O azul é a cor utilizada para referenciar o Autismo, a explicação é por ser maior o número de autistas do sexo masculino, segundo pesquisas realizadas, “são 4 meninos para cada menina com TEA” (SILVA et al 2012 p.25). Em uma publicação no ano de 2010 a ONU aponta estimativas que cerca de 1% da população mundial no que totaliza aproximadamente 70 milhões de pessoas, apresentam TEA. Os símbolos que representam o autismo são peças de quebra-cabeças que como já visto, representando a complexidade em se entender o transtorno. A fita com peças de quebra-cabeças com várias cores representa a diversidade que engloba o TEA.

A cada ano a ONU define uma problemática a ser abordada para o dia mundial de conscientização do autismo, com o objetivo de fortalecer o processo de inclusão e participação destas pessoas na sociedade. No ano de 2018 o tema foi “Empoderando Mulheres e Meninas com Autismo”. Já no ano de 2019, o tema abordado foi “Tecnologias assistivas, participação ativa”, para tratar de ferramentas tecnológicas que possam auxiliar o dia-a-dia da pessoa com TEA, promovendo um maior desenvolvimento e com isso dar voz e vez a estas pessoas. Todos os anos, no dia 2 de abril monumentos em todo o mundo são iluminados com a cor azul para simbolizar a

data, além disso, novas ações são implementadas com a finalidade de dar maior visibilidade a estas pessoas.

No ano de 2019, por exemplo, foi lançado pelo Instituto Maurício de Sousa um novo personagem da Turma da Mônica, chamado “André”, um menino com TEA, personagem criado exatamente para falar sobre esse assunto. O IMS foi convidado pela Universidade de Harvard para desenvolver um projeto com o objetivo de conscientizar as pessoas sobre o TEA, os sintomas e a importância de um diagnóstico precoce para a garantia de uma intervenção e conseqüentemente, o melhor desenvolvimento destas pessoas.

2.3 LEGISLAÇÃO

Com o crescente número de crianças que apresentam características do TEA e com o aumento dos diagnósticos positivos para esse transtorno, observou-se a necessidade de se implementar uma legislação que pudesse garantir direitos de inclusão da pessoa com TEA. Até 2012, a pessoa com TEA não era considerada como pessoa com deficiência. Ela passou a ser considerada pessoa com deficiência com a lei Berenice Piana.

Após muitas lutas de pais e familiares para garantir os direitos de seus filhos, foi promulgada uma Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista, através da Lei nº 12.764/2012, esta lei foi “batizada” como Lei Berenice Piana (mãe de uma criança autista), esse documento assegura que os autistas devem ser considerados pessoas com deficiência, além de muitos outros direitos são garantidos por esta legislação, como por exemplo o direito à saúde.

No que diz respeito aos direitos à saúde das pessoas com TEA, a lei Berenice Piana visa garantir:

III - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes; [...]

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista: [...]

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

- a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;
- b) o atendimento multiprofissional;
- c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;
- d) os medicamentos;
- e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento; (BRASIL, 2012).

É de suma importância a garantia desses direitos para as pessoas com este transtorno, assim como para seus pais, que muitas vezes por não possuírem informações acerca dos seus direitos, ou mesmo condições financeiras para o tratamento na rede privada, dependem única e exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS) para o diagnóstico e progresso no acompanhamento de seus filhos. É importante destacar que quanto mais cedo for realizado o diagnóstico a intervenção precoce será mais eficaz pelo fato de que quanto mais jovem, mais fácil para modificar e reduzir os prejuízos causados pelo transtorno.

Quanto a assistência social e ao direito previdenciário destas pessoas a legislação assegura “Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista: [...] IV - o acesso: [...] d) à previdência social e à assistência social” (BRASIL, 2012).

Os serviços de assistência social que devem ser oferecidos para a pessoa com deficiência, sendo extensivos para às crianças com TEA são: “Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiências e Idosas, Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, Serviço de Acolhimento Institucional (Residências inclusivas para jovens e adultos com deficiência”. (TIBYRIÇÁ; D’ ANTINO, 2018, p.169-170).

Os órgãos que podem ser solicitados para a realização destes serviços são: Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) órgão municipal que visa prevenir problemas e riscos sociais, O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) órgão municipal ou regional, oferece atendimento especializado para quem tem seu direito violado.

Já a Previdência Social vem garantir para as pessoas TEA e às demais pessoas com deficiência um Benefício de Prestação Continuada (BPC). Para que seja concedido este benefício, a renda per capita familiar não poderá ultrapassar $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Além disso, faz-se necessário a comprovação da deficiência, como também o nível de incapacidade para vida independente e para o trabalho, sendo ela temporária ou permanente.

Consideramos importante ressaltar que embora este item esteja assegurado na Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista, o mesmo encontra-se duramente ameaçado pelo projeto de Reforma da Previdência proposto pelo Governo Federal, o qual reduz pela metade o valor previsto para o BPC. Tal fato implica em enormes prejuízos às pessoas com TEA e as suas

famílias, em especial as mães, cuja grande maioria abandona o mercado de trabalho, passando a viver exclusivamente em função dos seus filhos.

Ressaltamos, por fim, que embora ainda não haja consenso em relação às causas do TEA, torna-se necessário estabelecer um diagnóstico em torno da real condição da criança, procurando identificar seus comportamentos dentro e fora de sala de aula, como também conhecer e lutar para garantir seus direitos na escola e na sociedade. São estes os primeiros passos no sentido de assegurar a inclusão escolar destas pessoas, questão que abordaremos no próximo capítulo.

3 INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM TEA

Neste capítulo abordamos o processo histórico, como também a legislação relacionada à inclusão escolar dos estudantes público alvo da educação especial com ênfase para as crianças com TEA, que são o foco de nossa pesquisa.

3.1. A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO

Quando falamos em inclusão não podemos deixar de voltar aos primórdios da história da educação das pessoas com deficiência. Durante muitos anos as pessoas com deficiências foram esquecidas pela sociedade e mesmo por suas próprias famílias, que em alguns casos, as mantinham em cárcere por vergonha ou por preconceito.

Foi a partir do século XIX que começou a serem pensadas formas de atender essas pessoas. As crianças com deficiências identificadas com laudo médico eram encaminhadas para as escolas especiais, já as crianças taxadas como “normais” em escolas regulares. Não havia qualquer articulação entre as escolas regulares e a escolas especiais.

Tendo em vista esse contexto, durante o século XIX e parte do século XX a educação oferecida a estas pessoas era realizada inicialmente em escolas especiais, que eram espaços segregados, ou seja, ocupados exclusivamente por pessoas com deficiência. Nos anos noventa, tem início o processo de integração dos estudantes com deficiência em classes especiais dentro dos muros de uma escola regular, os alunos especiais e os professores estavam presentes na escola regular mais de certa forma não faziam parte dela.

A partir da década de 80, se intensificaram as lutas por parte das pessoas socialmente envolvidas com a causa para que fossem abertos espaços para inclusão nas escolas regulares públicas e privadas e introdução destas pessoas no mundo do trabalho, o que é assegurado pela constituição brasileira de 1988, e também pela Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 que “Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência”. (BRASIL, 1989)

A escola regular, através de seu mecanismo de classificação, de nomeação, de disciplina e de ordem, foi constituída historicamente como lugar de alguns poucos que conseguem corresponder às expectativas. Inverter este princípio excludente da escola exige rupturas nas formas de ver e de agir dos professores, legitimadas por meio dos padrões de normalidade. Nesta perspectiva, defendia-se que por não estarem em uma fase de desenvolvimento que possibilitasse acompanhar os demais, os não incluídos eram vistos como não “merecedores” de estar compartilhando espaços com os “mais aptos”, “mais capazes” e “normais”.

Este paradigma é rompido por meio da Declaração Mundial de Educação para todos (JOMTIEN, 1990) e pela Declaração de Salamanca de princípios, políticas e práticas para as necessidades educativas especiais (UNESCO, 1994). Tais documentos consolidam o princípio da inclusão de todos os estudantes, inclusive aqueles com qualquer tipo de deficiência, assegurando-lhes, entre outras, a adoção das seguintes medidas: reforma na educação, flexibilidade curricular, currículo adaptado as necessidades de todas as crianças, além de estrutura física e capacitação de professores para atuação em um sistema educacional inclusivo.

A partir de então, educação especial como “modalidade escolar”, passa a ser concebida como uma forma de moldar as escolas e os professores às diferentes formas de aprendizagem de acordo com a necessidade de seus alunos. Foi a partir da Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996 que este tipo de atendimento começou a acontecer. A Educação Especial como modalidade de educação escolar, é considerada como um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio que estejam à disposição de todos os alunos, oferecendo diferentes alternativas de atendimento. (BRASIL, 1996).

Analisando o processo de inclusão e exclusão de alunos com deficiência, podemos constatar que a diversidade existente na escola regular gira em torno da “diferença”. Este conceito de diferença presente nos discursos que falam da escola inclusiva remete a materialidade, a um padrão desejável que serve de referencial, modelo e de comparação entre aqueles ditos “normais” e “anormais”.

No século XXI destacam-se importantes documentos nacionais e internacionais cujo objetivo é consolidar políticas e práticas de educação inclusiva. Para tanto, no ano de 2006, a ONU promulga a Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência que, ao tratar da educação, no art. 24, assegura a estes estudantes: uma formação escolar inclusiva em todos os níveis de ensino, “bem como o aprendizado ao longo da vida,

adequações arquitetônicas de acessibilidade, participação na sociedade de forma efetiva” entre outras garantias. (BRASIL, 2009)

Com base neste documento, diversos países, inclusive o Brasil, reformularam sua legislação a fim de garantir às pessoas com deficiência os direitos e a dignidade estabelecidos pela convenção. É nesta perspectiva que a meta 4 do Plano Nacional de Educação, (BRASIL, 2014) como também o capítulo 4 da Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), ratificam o princípio da educação inclusiva, garantindo aos alunos público alvo da educação especial: uma educação de qualidade, sem discriminação, acessibilidade, projetos pedagógicos que visam o pleno desenvolvimento e autonomia, além da oferta do ensino de LIBRAS e Braille.

Atualmente, percebe-se que há muitas leis e muitas discussões em torno da inclusão escolar de estudantes com deficiência no Brasil. Entretanto, para que este processo seja de fato concretizado, torna-se necessário investir em políticas públicas a fim de que tais mudanças se tornem uma realidade em nossas salas de aula, pois a inclusão escolar não consiste apenas em abrir as “portas” da escola para alunos com deficiência. É preciso proporcionar-lhes um ambiente acolhedor e preparado para recebê-los. Assim, estes alunos não serão apenas inseridos, mas incluídos, devendo portanto, participar ativamente de todo o processo de ensino-aprendizagem, cada qual com sua especificidade, a fim de que possam vivenciar o objetivo central da educação, que é formar cidadãos críticos e pensantes.

3.2 O ALUNO COM TEA NA REDE REGULAR DE ENSINO

A escola deve ser compreendida como um ambiente de relações sociais transformadoras no que diz respeito ao desenvolvimento pessoal e cognitivo de cada indivíduo, visando sua plena e efetiva participação na sociedade. Neste sentido, é de extrema importância que pessoas com TEA estejam incluídas no âmbito escolar. Todavia, este processo de inclusão deve ser bem preparado a fim de que seus resultados sejam eficazes na vida diária destes alunos.

A Lei Berenice Piana, mencionada no capítulo anterior, visa, por meio do art.3º garantir a inclusão da pessoa com TEA em classes do ensino regular proporcionando a estes alunos os mesmos direitos de aprendizagem oferecidos aos demais. Nesta perspectiva, é importante considerar que a inclusão exige o respeito às diferenças, como também o resgate dos valores e da dignidade humana que ao longo dos anos

foram se desfazendo em uma sociedade excludente e capitalista. Assim, promover a oportunidade de convivência com outras crianças e adolescentes é de extrema importância, não apenas para o aluno com TEA, mas, também para os alunos considerados “normais”, assim como para todo o corpo docente e administrativo da escola.

A educação inclusiva deve garantir o currículo e os saberes iguais para todos. Para tanto, o professor da sala de ensino regular é responsável por planejar e elaborar as aulas, o que, no caso dos estudantes com TEA, deverão ser elaborados com base no diagnóstico fornecido, se possível por médicos ou equipe multidisciplinar. Neste processo, a formação continuada destes profissionais vem ser de extrema importância, pois: como o professor conseguirá garantir uma educação igualitária e inclusiva se não estiver preparado e munido de conhecimentos acerca do TEA e das necessidades educacionais específicas desses estudantes? Para Cunha (2014), “não há como falar em inclusão sem mencionar o papel do professor. É necessário que ele tenha condições de trabalhar com a inclusão e na inclusão” (CUNHA, 2014, p.101).

Visando o fortalecimento da inclusão escolar, deve ser disponibilizado nas escolas onde se tenha alunos público alvo da educação especial o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o qual deverá ser complementar ao ensino regular. O AEE é realizado na sala de recursos multifuncionais existente na escola regular, preferencialmente no horário inverso ao que o aluno frequenta a sala de aula.

Este serviço tem como principal função identificar as dificuldades de cada aluno, além de elaborar e propiciar recursos que garantam a acessibilidade e o pleno desenvolvimento desses educandos, considerando suas necessidades e especificidades. Além disso, é importante ter claro que esse atendimento deve se somar às ações pedagógicas desenvolvidas na sala de aula comum, razão pela qual o entrosamento entre os professores da sala regular e da sala de recursos vem ser de grande valia para a elaboração e prática dos métodos a serem trabalhados na educação da criança com TEA.

De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica:

Consideram-se serviços e recursos da educação especial àqueles que asseguram condições de acesso ao currículo por meio da promoção da acessibilidade aos materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos

sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares (BRASIL, 2009).

Outra garantia legal importante para o estudante com TEA diz respeito ao direito a um acompanhante especializado. Nesse sentido, a Lei Berenice Piana em seu Art, 3º vem garantir “Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado” (BRASIL, 2012).

Os requisitos para que estes alunos possam ter seu direito garantido são: estar matriculado em classe comum de ensino regular e comprovar a necessidade deste acompanhamento. Para este segundo é necessário um laudo médico ou relatório pedagógico que descreva as reais necessidades e impossibilidades do aluno (TIBYRIÇÁ; D’ ANTINO, 2018, p.67).

Como vimos a luta pela inclusão do aluno com deficiência se caracteriza como um longo processo o qual é marcado por inúmeros desafios, entre os quais destacamos a necessidade de que a legislação em torno da educação inclusiva se torne uma realidade nas escolas brasileiras.

Destacamos, finalmente que a luta pela inclusão do estudante com TEA é um processo ainda mais recente. Por esta razão, torna-se necessário ampliar os esforços por parte do governo, da família e da sociedade em geral no sentido da garantia deste direito.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo, apresentamos o caminho percorrido para realização desta pesquisa, detalhando o método, o campo, a população, além dos procedimentos para a coleta e análise dos dados.

4.1 SOBRE O MÉTODO

Inicialmente, tecemos breves considerações acerca do método de pesquisa utilizado para a realização deste estudo. Nossa pesquisa foi realizada com base nas abordagens qualitativas, por entender que “a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (CHIZZOTTI, 1995, p.79).

Visando alcançar o objetivo proposto para este estudo que é analisar o processo de inclusão e aprendizagem do aluno com TEA, e considerando que é preciso avançar na construção de relações entre estes sujeitos e a realidade na qual estão inseridos, tomamos a decisão de utilizar o método da observação.

A importância da observação e do registro sistemático do comportamento está no quanto a sociedade pode se beneficiar com a descrição minuciosa do comportamento, pois ela permite que profissionais de diferentes áreas possam se comunicar acerca de um fenômeno observado a partir de suas principais características (MESTRE; MOSER; AMORIM *apud* CANO; SAMPAIO, 2007 p.200).

Nesta perspectiva, visando colaborar para que educadores e outros profissionais que se dedicam a estudos relacionados ao TEA possam ampliar seus conhecimentos sobre a questão, tomamos como pergunta de pesquisa: de que forma se dá a inclusão de crianças com TEA no ensino regular? É importante ressaltar que nosso interesse não reside em um sujeito ou em uma escola em particular, mas nas diversas formas de relação entre aluno, escola e sociedade, as quais exercem forte influência no processo de desenvolvimento e inclusão destes estudantes.

O lócus no qual a pesquisa foi realizada, foi uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Bayeux - PB. A escolha desta escola se deu em virtude do grande contingente de alunos público-alvo da educação especial matriculados. Segundo o Censo Escolar de 2019, na rede municipal estão matriculados 448 alunos público-alvo da educação especial, sendo 27 matriculados na escola analisada.

Outro elemento que motivou tal escolha, foi o fato de existir uma sala de recursos multifuncionais na escola, o que ao nosso ver, poderia oferecer maiores contribuições a esta pesquisa. A este respeito, a Secretaria de Educação do município nos informou que atualmente existem 23 salas de AEE para atender estes alunos. Por recomendação da gestão da escola, apesar de termos visitado outros espaços, concentramos nossa observação na sala do 4º ano do ensino fundamental, onde havia um aluno com TEA.

Para o processo de coleta dos dados foram necessários cinco dias de observação, nos quais procuramos estar atentas a informações concernentes à relação desta criança com TEA com sua professora, aos demais alunos de sua turma, à metodologia de ensino utilizada pela professora, além dos comportamentos demonstrados por esta criança dentro ou fora da sala de aula. Todos os dados foram criteriosamente registrados em um diário de campo, no qual temos informações significativas para nossa pesquisa que serão analisadas no próximo capítulo, com base nos estudos das áreas de TEA e educação especial.

De acordo com Macedo (2010), “além de ser utilizado como instrumento reflexivo para o pesquisador, o gênero diário é, em geral, utilizado como forma de conhecer o vivido dos atores pesquisados” (MACEDO, 2010, p. 134). Assim, este instrumento foi de extrema importância não apenas para anotar informações acerca do aluno e da turma observada, mas também para registrar minhas impressões e reflexões acerca da inclusão escolar dos alunos com TEA, apresentadas e analisadas a seguir.

5 A CRIANÇA COM TEA NO ENSINO REGULAR

Neste capítulo, analisaremos como se dá o processo de inclusão da criança com TEA na rede regular de ensino, o que faremos com base nos dados coletados ao longo da pesquisa, em articulação com a legislação e o referencial teórico que tratam de TEA e de educação inclusiva.

A partir da escolha do tema para a realização deste trabalho, que gira em torno da inclusão do aluno com TEA, comprovou-se a extrema necessidade de realizar uma pesquisa de campo sobre a temática. Como afirmamos no capítulo da metodologia, esta pesquisa foi realizada em uma escola da rede pública de ensino do município de Bayeux PB. Trata-se de uma escola que recebe um grande contingente de alunos, já que no bairro onde está localizada, o qual situa-se distante do centro da cidade, é a única escola da rede pública.

Além disso, a escola possui alunos com TEA matriculados no ensino regular, os quais contam com o auxílio de um acompanhante ou “cuidador”, contratado pela Secretaria de Educação para atender este público-alvo. Neste aspecto, observamos um esforço da gestão municipal no sentido de cumprir a determinação da LBI, que no art. 3º inciso XIII assegura aos estudantes público-alvo da educação especial, quando necessário:

Profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas (BRASIL, 2015).

Entretanto, observamos que a maior parte destes profissionais não possuem formação para atuar na área. A este respeito, em conversa com a cuidadora da escola, a mesma relata não possuir formação na área, apenas concluiu o ensino médio, o que em nossa concepção pode gerar dificuldades no trabalho com estes alunos.

Em relação a sala de recursos multifuncionais, verificamos que a mesma é bem equipada e disponível para trabalhar com toda a demanda de alunos com TEA, como também alunos com variadas deficiências matriculados na escola.

Este serviço também encontra-se em conformidade com a legislação nacional, já que no Plano Nacional de Educação é estabelecido que os estudantes público-alvo da educação especial têm por direito:

Atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno. (BRASIL, 2014).

Na escola observada, o AEE é ministrado por uma pedagoga com especialização em psicopedagogia e vários anos de serviços prestados na área. A mesma é efetiva e demonstra um grande comprometimento na realização de sua atividade profissional.

Conforme previsto pela legislação, este atendimento é ofertado no horário inverso às aulas do ensino regular, apenas uma vez por semana para cada aluno, com duração de 40 minutos, o que ocorre em razão do grande número de alunos com deficiência a serem acompanhados. De acordo com a professora da sala, apesar do atendimento se realizar apenas em um único dia na semana, muitos pais não levam seus filhos para este serviço, o que demonstra a falta de comprometimento da família para com o desenvolvimento e a devida inclusão de seus filhos no ambiente escolar.

Diante deste fato, algumas medidas adotadas pela escola são: a convocação dos pais para tentar conscientizá-los sobre a importância no acompanhamento educacional de seus filhos e, caso essa medida não resolva, o Conselho Tutelar do município é acionado, para que esses pais esclareçam a causa de não estarem acompanhando seus filhos no atendimento e possam adotar medidas para que esse acompanhamento aconteça.

Sobre esta questão, é importante ter claro que, para que a verdadeira inclusão aconteça, é fundamental o apoio e laço ou relação entre família, escola e equipe multidisciplinar. Todos juntos com o mesmo objetivo de garantir o pleno desenvolvimento e participação da pessoa com TEA na sociedade.

A escola funciona nos três horários. No turno da manhã, são atendidos os alunos do ensino fundamental II. Já as turmas de educação infantil e de ensino fundamental I, o qual contempla a turma observada durante a nossa pesquisa, funcionam no turno da tarde, enquanto que a educação de jovens e adultos se concentra no período noturno.

Conforme afirmamos no capítulo anterior, o foco de nossa investigação foi a observação e a análise do comportamento, como também do processo de ensino e aprendizagem de um aluno com TEA matriculado na turma do 4º ano do ensino

fundamental. Segundo informado pela coordenadora da escola, o aluno observado possui boa assiduidade, sendo o aluno com deficiência que apresenta o maior índice de frequência à escola.

Podemos inferir que o aluno observado é considerado uma criança com TEA, uma vez que possui as principais características abordadas no primeiro capítulo deste trabalho: déficit de interação, comunicação social e comportamento, as quais são apresentadas por Silva *et al* (2012). Sua interação com os demais alunos é muito pouca e, apesar desta pesquisa ter sido realizada no mês de julho, observamos que seu relacionamento com os colegas é praticamente inexistente. Demonstra interesse fixo em um determinado objeto, no caso, um microfone que carrega em sua mochila.

Como na maioria das características do TEA, o aluno habituou-se a seguir uma rotina: no momento da chegada na sala de aula o mesmo é recebido pela professora, ela o estimula a interagir, sempre tentando manter o contato visual e o aluno segura sua mão e abraça como forma de afeto. Deixa o material na sala, vai ao banheiro e vai encher sua garrafa de água. Em seguida, retorna para a sala. Senta-se sempre nas cadeiras no fundo da sala, a sua “cuidadora” está sempre ao seu lado. Na semana em que foram realizadas as visitas, a escola estava desenvolvendo atividades de verificação da aprendizagem e a cuidadora estava iniciando seu trabalho com o referido aluno. Ele foi receptivo com ela, não esboçou dificuldade na adaptação.

Em relação a elaboração destas atividades, a professora explicou que realiza um trabalho em parceria com a psicopedagoga da escola, procurando adaptar os conteúdos de acordo com a realidade do aluno com TEA, como por exemplo, sempre trabalhar com letra bastão, utilização de imagem e figuras que chamam atenção deste aluno...

Antes de iniciar as atividades, a professora orienta a cuidadora para que leia as questões, auxiliando-o, pois o mesmo identifica as letras mas ainda não está alfabetizado. Orienta ainda que, após concluir cada questão, ela anote se ele realizou sozinho ou com sua ajuda parcial ou total. O aluno permanece na sala apenas durante a realização da atividade, visto que passa a maior parte do tempo no pátio da escola, sempre com a supervisão da cuidadora.

Diante da realidade observada, podemos constatar a falta de estímulo tanto por parte da professora quanto da cuidadora para que o aluno com TEA mantenha um maior relacionamento e interação com os demais alunos da turma, o que seria bastante enriquecedor para o seu desenvolvimento social. Em relação ao fato do aluno

permanecer a maior parte do tempo fora da sala de aula, consideramos que a utilização de metodologias específicas para o ensino de crianças com TEA: ABA, PECS e TEACCH, explicitados no primeiro capítulo, além da realização de atividades lúdicas com esta criança, poderia se constituir como uma alternativa viável para o enfrentamento deste problema.

Foram realizados questionamentos acerca da formação profissional, como também sobre as formações continuadas oferecidas para professores e cuidadores visando melhorar a inclusão dos alunos com deficiência.

Em seu relato, a professora da sala regular informou possuir graduação em Pedagogia, mas que em sua formação acadêmica pouco se trabalhou sobre a educação inclusiva, e que, por interesse próprio, buscou fazer alguns cursos sobre educação especial. A mesma é funcionária efetiva na rede municipal há mais de 10 anos e, em sua jornada de trabalho durante esse período, já se deparou com vários alunos com TEA e, por isso, destacou grandes dificuldades em fazer valer a inclusão destes alunos no ambiente escolar. Comentou ainda que busca sempre informações sobre como trabalhar da melhor forma para que haja evolução no processo de aprendizagem destes alunos.

Sobre as formações continuadas oferecidas pelo município, nas quais é obrigatória a participação, a professora informou que não são específicas para trabalhar com a inclusão dos alunos com deficiência, e sim, orientações de como trabalhar os conteúdos curriculares no geral. Expôs ainda, que sua metodologia de ensino é bem diferenciada, pois trabalha com atividades práticas e lúdicas que tornam o conteúdo mais atrativo para todos os alunos.

Por fim, desabafou falando que “não basta apenas os esforços por parte da escola e profissionais da educação, a família possui papel fundamental na inclusão e formação destes alunos, e que sem o apoio dela esse “elo” não será concretizado”.

Como podemos perceber, é de suma importância que a educação inclusiva seja abordada na formação inicial dos professores e demais profissionais da educação, visando assim, uma maior e eficácia na inclusão das crianças com deficiência no ambiente escolar. Consideramos ainda que também são necessários maiores investimentos governamentais, visando a oferta de formação continuada acerca da educação inclusiva destinada a estes profissionais. Necessita-se ainda que haja um maior comprometimento por parte da família, para que a inclusão de seus filhos possa

acontecer de maneira satisfatória, garantindo assim, o pleno desenvolvimento destas crianças.

Em seu relato, a cuidadora expôs não possuir formação na área, apenas concluiu o ensino médio. Como todas as demais cuidadoras da escola, esta possui apenas um contrato temporário com a Secretaria Municipal de Educação. Relatou ainda já haver trabalhado com outros alunos autistas e que sempre participa das formações oferecidas pela Secretaria de Educação. Informou que lá, nas formações, são repassadas maneiras de como auxiliar o aluno com TEA e demais deficiências no cuidado pessoal, na realização de atividades em sala de aula, sempre seguindo as orientações transmitidas e supervisionadas, em relação a maneiras de como lidar no caso de algum comportamento agressivo ou de um fato não corriqueiro que possa vir a acontecer no ambiente escolar.

Quando questionada sobre o grande tempo que o aluno apoiado passa fora da sala de aula, a mesma relatou que por ter iniciado o apoio ao referido aluno a pouco tempo, não teria recebido as informações de como a antiga cuidadora fazia para mantê-lo em sala, e que iria buscar junto com a equipe de apoio pedagógico da escola alguns materiais que chamem sua atenção e estimulem sua aprendizagem para que essa situação seja amenizada. Uma frase que chamou a atenção em seu relato foi “para trabalhar com essas crianças é necessário amor e paciência” pois, segundo ela, a mesma já ouviu falar de maus tratos contra autistas e alunos com outro tipo de deficiência.

Após a realização do o estudo teórico e diante das observações e relatos acima expostos, pode-se perceber que apesar do avanço nas leis que garantem os direitos da pessoa com deficiência, em especial as pessoas com TEA, ainda há um grande desafio no sentido de fazer valer esses direitos, garantindo a inclusão escolar e social destas pessoas. Pôde-se observar ainda, a falta de preparo de alguns profissionais, a falta de investimentos governamentais na formação continuada do professor para trabalhar a inclusão, a ausência de um profissional de apoio especializado e com formação na área, especificado por lei.

Finalmente, é importante registrar que o apoio da família, em alguns casos é inexistente. Muitas delas insistem apenas que seus filhos estejam matriculados na escola para não receberem sanções das instituições protetoras dos direitos da criança. Em outros casos, os pais buscam a matrícula de seus filhos apenas com o intuito de receber o BPC e, quando conseguem, descuidam-se de esforços, visando prosseguir com tratamento e progresso físico, educacional e social de seus filhos.

Acreditamos que, enquanto tais desafios não forem enfrentados pela família, pelo governo e pela sociedade, a inclusão destes alunos permanecerá apenas no papel.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos a reta final deste estudo, podemos constatar que a educação inclusiva ainda é um processo que caminha a passos lentos. Particularmente, no que diz respeito à criança com TEA, apesar de toda a luta por parte de familiares e simpatizantes desta causa, como também da legislação existente em nosso país acerca dos direitos e da inclusão destas crianças, a realidade revela que ainda falta muito para que a verdadeira inclusão venha a se concretizar.

As leis existem, entretanto, em muitos casos, não são cumpridas, ou apenas cumpridas parcialmente. Como foi observado por meio da análise dos dados, não basta tão somente inserir essas crianças numa sala de aula de ensino regular. É preciso, sobretudo, garantir-lhes um ambiente acolhedor e estruturado para recebê-las, visando, dessa forma, contribuir para o seu pleno desenvolvimento cognitivo, físico e social.

Considerando o constante aumento dos diagnósticos referentes a este transtorno, como também a existência de poucas informações acerca da questão, entendemos que cabe aos professores e demais profissionais da educação ampliar seus conhecimentos acerca do TEA, informando-se sobre quais metodologias podem ser desenvolvidas para garantir uma melhor aprendizagem para estas crianças.

Para tanto, a inserção de temáticas relacionadas à educação especial inclusiva na formação inicial dos professores será de grande valia, pois é a partir dos contatos e das leituras iniciais que os mesmos terão um maior conhecimento sobre as deficiências e sobre como poderão se tornar agentes no processo de inclusão das crianças público-alvo da educação especial. A garantia de uma formação continuada destes profissionais sobre a educação inclusiva também é um dos requisitos necessários para o avanço da qualidade do ensino ofertado a estas crianças.

Além disso, podemos perceber o quanto a família é parte fundamental no processo de desenvolvimento e inclusão das crianças com TEA no meio social e escolar, visto que partem dela as primeiras análises e observações acerca das características demonstradas por seus filhos que possam enquadrá-los no perfil de crianças com TEA. Estamos cientes de que receber um diagnóstico de TEA não é fácil, considerando que a maior parte das famílias sequer sabe o que é este transtorno. Diante desta constatação, torna-se necessário oferecer um suporte, não apenas para as crianças mas também para seus pais/cuidadores, a fim de que entendam e sejam conscientizados

acerca da necessidade do acompanhamento visando o desenvolvimento físico, social e cognitivo de seus filhos.

A realização desta pesquisa evidenciou que ainda há muito o que ser transformado para que tudo que está no papel, nos discursos governamentais, nos debates entre docentes em formação e outros simpatizantes pelo tema, possa vir a ser concretizado. A luta pela inclusão ainda está longe de chegar ao fim, não adianta ficar apenas na teoria se a prática continua estática. Alunos da graduação em pedagogia discutem durante todo o curso sobre o tema mas, muitas vezes, depois de formados, já em sala de aula, esquecem de colocar em prática as mudanças que defendiam durante sua formação e acabam, por comodismo, reproduzindo as práticas de professores retrógrados que estes tanto repudiavam.

Diante desse fato, ao concluirmos nossa graduação em pedagogia, esperamos que este trabalho se torne um instrumento a mais na propagação do TEA e no combate às práticas de preconceito e discriminação que, dentro ou fora da escola, afetam estas crianças e suas famílias.

REFERÊNCIAS

AMA. Associação de Amigos do Autista. **Tratamento**. Disponível em: <<https://www.ama.org.br/site/autismo/tratamento/html>>. Acesso em: 28 de julho de 2019

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5)**. 5ªed.Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: 20 de dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 de julho de 2019

BRASIL. **Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009. Dispõe sobre a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm.htm. Acesso em: 28 de julho de 2019

BRASIL. **Lei Federal nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: 28 dez. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em: 28 de julho de 2019

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 26 jun. 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 01 de agosto de 2019

BRASIL, 2015, **Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 01 de agosto de 2019.

BRASIL. **Lei nº. 7.853, de 24 de Outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm>. Acesso em: 01 de agosto de 2019.

_____. Ministério da Educação. **Planejando a Próxima Década. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação.** Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/Sase): Brasília, DF. 2014.

_____. **Resolução Nº. 4, de 2 de outubro de 2009. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na modalidade Educação Especial. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica.** Disponível em: <portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 01 de agosto de 2019

CANO, Débora Staub.; SAMPAIO, Izabela Tissot Antunes. **Interação em Psicologia.** Curitiba, jul./dez. 2007, (11) 2, p. 199-210

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família.** 5.ed. Rio de Janeiro: Wak, 2014.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1995.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica/etnopesquisa- formação.** Brasília: LiberLivro, 2010.

MELLO, Ana Maria S. Ros de; ANDRADE, Maria América; HO, Helena; SOUZA Dias, Inês de. **Retratos do autismo no Brasil,** 1ª ed. São Paulo: AMA

MOURA, A. K. G. Diagnóstico. In: _____. **A música como terapia no desenvolvimento da criança autista.** João Pessoa: Editora Universitária, 2015. Cap. 1.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL DISTRITO FEDERAL. **Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Autismo.** Cartilha de Direitos da Pessoa com Autismo. Brasília, 2015.

SANTOS, I. M. S. C. dos; SOUSA, P. M. L. de. **Como Intervir na Perturbação Autista.** Disponível em: < <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0262.pdf>>. Acesso em: 28 de julho. 2019

SILVA, A. B. B.; GAIATO, M. B.; REVELES, L. T. **Mundo singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

TIBIRIÇÁ, R. F.; D'ANTINO, M. E. F. (Orgs.). **Direitos das pessoas com autismo: comentários interdisciplinares à Lei 12.764/12** – 1.ed. – São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2018.

UNESCO. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). **Declaração de Salamanca de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

_____. Declaração mundial sobre educação para todos. **Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Tailândia, 1990.

VICTOR, S. L.; VIEIRA, A. B.; OLIVEIRA, I. M. (Orgs.). Educação de crianças com autismo: entre conhecimentos e práticas da medicina e da pedagogia. p.194-215. In **Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas** – Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2017. 304 p.